



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 138/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 138/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo SEI nº 13356/2024).

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), doravante denominado **CNJ**, com sede no SAF Sul, Quadra 02, Lotes 5/6, Blocos E e F, Brasília-DF, CNPJ nº 07.421.906/0001-29, neste ato representado por seu Presidente, Ministro **Luís Roberto Barroso**, eleito para o biênio 2023-2025, Termo de Posse lavrado em 28 de setembro de 2023 e com fundamento no art. 6º, inciso XXXIV, do Regimento Interno, e no art. 6º da IN n. 75/2019; o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, doravante denominado **TJPA**, neste ato representado por sua Presidente, a Desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**, Termo de Posse lavrado em 01 de fevereiro de 2023 e com fundamento no art. 36 do Regimento Interno do TJPA; o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, doravante denominado **TCMPA**, neste ato representado por seu Presidente, **Antonio José Costa de Freitas Guimarães**, Termo de Posse lavrado em 30 de janeiro de 2023 e com fundamento no art. 82, inciso VI do Regimento Interno do TCM-PA e a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ, doravante denominada **PGM-BELÉM**, neste ato representada por seu Procurador-Geral **Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha**, designado mediante Decreto n. 106.714/2023 de 28 de março de 2023 e com fundamento no art. 5º, Parágrafo único do Regimento Interno da PGM-BELEM, RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, no que couber, e, ainda, por meio das cláusulas e condições a seguir enumeradas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente acordo a cooperação para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas, bem como promover o intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, em observância ao disposto nas Resoluções CNJ n. 471/2022 e 547/2024.

DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - A cooperação consiste nas seguintes medidas, respeitadas as competências a atribuições de cada partícipe:



I - compartilhamento de bancos de dados, informações, conhecimentos, tecnologias e métodos de pesquisa, respeitadas as restrições legais e os requisitos de segurança da informação e comunicações previstos nas políticas de governança de dados e de sistemas dos partícipes; e

II - atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos voltados a: (i) automatização do fluxo de processos judiciais, (ii) redução da litigiosidade, (iii) difusão de políticas públicas de regularização fiscal e (iv) incremento da eficiência na cobrança administrativa de crédito fiscal, na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

DO PLANO DE TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA - A concretização das ações ocorrerá conforme Plano de Trabalho constante do Anexo I a este Acordo, cabendo aos partícipes a formalização dos Protocolos de Execução, conforme modelo apresentado no Anexo II, objetivando a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos respectivos.

Parágrafo primeiro. O Plano de Trabalho poderá ser adequado, por mútuo entendimento entre os partícipes, sempre que identificarem a necessidade de aperfeiçoar a execução das atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

Parágrafo segundo. Os Municípios do Estado do Pará que manifestarem interesse em aderir ao presente Acordo poderão fazê-lo mediante a assinatura de Termo de Adesão próprio, conforme modelo constante do Anexo III.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - Constituem obrigações comuns dos partícipes:

- a) aprovar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo, bem como preparar conjuntamente protocolos de execução, relatórios, cronogramas, planos de gerenciamento de riscos de projetos ou processos de trabalho;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os respectivos resultados;
- c) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- d) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- e) promover o intercâmbio de informações e de documentos necessários à consecução dos objetivos deste instrumento;
- f) manter sigilo das informações sensíveis, dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI e da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) obtidos em razão da execução do acordo, somente divulgando-os se houver expressa autorização dos partícipes e previsão na legislação de regência;
- g) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
- h) articular as ações para o fiel cumprimento das finalidades deste instrumento;



- i) propor e estabelecer mecanismos que assegurem maior efetividade e rationalidade à cobrança administrativa e à execução judicial da dívida ativa e ações correlatas, concentrando a atuação em devedores com maior perspectiva de recuperação e diminuindo a sobrecarga das varas de execuções fiscais;
- j) reduzir a quantidade de processos em tramitação no TJPA, por meio da desistência de ações cuja controvérsia não represente efetivo potencial de recuperação do crédito executado;
- k) fomentar e aplicar soluções em regime de parceria com os demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, visando permitir a recuperação ágil de créditos fiscais;
- l) estabelecer tratativas para aprimoramento da integração entre a Plataforma Digital do Poder Judiciário, o sistema de processo judicial eletrônico adotado pelo TJPA e os sistemas eletrônicos utilizados pelas Procuradorias signatárias, com o objetivo de viabilizar tratamento gerencial em massa dos processos judiciais, a exemplo da disponibilização de informações relativas às certidões de óbito, de ônus reais e escrituras públicas;
- m) aprimorar e incentivar a utilização de meios adequados de resolução de conflitos tributários;
- n) compartilhar conhecimento, informações e dados voltados à efetividade das ações relacionadas à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado da Litigiosidade Tributária;
- o) manter sistemática de acompanhamento da execução das ações objeto do presente acordo, bem como preparar conjuntamente protocolos de execução, relatórios, cronogramas, planos de gerenciamento de riscos de projetos ou processos de trabalho; e
- p) instituir comissão formada por entidade signatária, para gestão da execução deste Acordo e atuação como ponto focal nas relações com os demais quanto à referida execução.

Parágrafo primeiro. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

Parágrafo segundo. O TCM PA atuará dentro de suas competências constitucionais e legais, especialmente no que tange ao incentivo de cobranças administrativas e extrajudiciais.

DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUINTA - O presente acordo tem caráter não oneroso, não importando repasse, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo primeiro. As atividades constantes do presente acordo serão custeadas com recursos orçamentários próprios de cada partícipe, já previstos em atividades naturais e regulares e que se relacionem estritamente com os objetos e propósitos especificados.

Parágrafo segundo. Eventuais desdobramentos deste acordo, que demandem alocação de recursos financeiros para sua viabilidade, serão objeto de instrumentos específicos futuros.



CLÁUSULA SEXTA - Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partípice. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA - Este acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, a fim de aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

CLÁUSULA NONA - Este Acordo poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações advindas do tempo de vigência decorrido até então, e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente acordo, será obrigatoriamente destacada a colaboração dos partícipes, observado o disposto no art. 37, §1º da Constituição Federal, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para gerenciar a execução das atividades decorrentes deste Acordo, os partícipes designarão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os responsáveis pelo acompanhamento, avaliação, supervisão e fiscalização da execução.

DO SIGILO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os partícipes se obrigam a manter sigilo dos dados e informações de que venham a ter conhecimento em decorrência da execução do ajuste, utilizando os dados passíveis de acesso somente nas atividades



que, em virtude de lei, compete-lhes exercer, não podendo, de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento a terceiros das informações trocadas entre si ou geradas no âmbito deste Acordo, sem prévia autorização da outra parte.

Parágrafo único. A fim de instrumentalizar a citada obrigação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Para os fins dispostos na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os partícipes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros que são ou venham a ser custodiados, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação Técnica.

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os direitos relativos à propriedade intelectual, decorrentes do presente Acordo de Cooperação, integram o patrimônio dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser accordados entre os mesmos o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

Parágrafo primeiro. Os direitos serão conferidos igualmente aos partícipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa.

Parágrafo segundo. A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos partícipes.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União expresso no Acórdão nº 911/2019 — Plenário.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Aplicam-se à execução deste Acordo de Cooperação Técnica o disposto na Lei nº 14.133/2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.



DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para dirimir questões oriundas da execução do presente ajuste, não resolvidas pela via administrativa, será competente a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

E, por estarem assim ajustados, assinam os PARTÍCIPES o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Brasília e data registrada em sistema

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Presidente **Antônio José Costa de Freitas Guimaraes**
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Procurador **Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha**
Procurador-Geral do Município de Belém do Pará

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1. DA FINALIDADE

O presente Plano de Trabalho tem por finalidade detalhar a execução do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre **CNJ, TJPA, TCM-PA e PGM-BELÉM**.

2. DA JUSTIFICATIVA

Os números relativos ao contencioso administrativo e judicial tributário brasileiro são impressionantes, abrangendo cerca de 75% do Produto Interno Bruto do país^[1] em 2020. Além disso, o volume de litígios tributários é notável.



O Relatório Justiça em Números 2024, ano-base 2023, evidencia que o congestionamento dos tribunais e a longa duração das execuções fiscais minam a eficácia da justiça e comprometem a confiança de cidadãos e empresas. As execuções fiscais abrangem 26,4 milhões (31%) do total de processos em tramitação, com a maior taxa de congestionamento do Poder Judiciário (87,8%). O relatório também aponta que três tribunais detêm 67% das execuções fiscais em tramitação no país: TJSP, TJRJ e TRF3. Além disso, o relatório apresenta indicadores como tempo médio de duração das execuções fiscais o prazo de 6 anos e 9 meses.^[2]

O CNJ tem dedicado especial atenção ao contencioso tributário no país. Basta mencionar a realização de pesquisa recente voltada a compreender o panorama atual do sistema tributário brasileiro e as demandas judiciais relacionadas, identificando as principais causas da alta litigiosidade e propondo soluções, para aprimorar a eficiência e a efetividade do processo de cobrança de créditos tributários. É o caso do Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) durante a 5ª edição da série Justiça Pesquisa.

A pesquisa partiu de uma abrangente análise de dados do CNJ, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, de cinco Tribunais Regionais Federais e de Tribunais de Justiça selecionados, juntamente com uma revisão de jurisprudência, doutrina e estudos nacionais e internacionais.

Identificaram-se diversos fatores que contribuem para o cenário complexo do contencioso tributário no Brasil, tais como divergências na interpretação e aplicação das leis tributárias, a falta de métodos adequados de resolução de conflitos, a complexidade das leis tributárias, disputas federativas em torno de competências tributárias, e a estrutura institucional do contencioso tributário, entre outros.

O Diagnóstico revelou que a falta de cooperação entre os diversos atores envolvidos no sistema é um dos principais obstáculos a serem superados. É imperativo que haja uma integração efetiva entre as esferas administrativas e judiciais, juntamente com um fortalecimento das relações com os contribuintes. Há poucos convênios de cooperação e compartilhamento de informações entre Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, Advocacia Pública e Tribunais Administrativos.

Além disso, os meios adequados de resolução de conflitos ainda são subutilizados no âmbito tributário, com poucos modelos disponíveis e baixas taxas de adoção. Predominantemente, as medidas de cobrança baseiam-se na coerção, com abordagens cooperativas sendo a exceção. Programas de premiação para contribuintes cumpridores são raros, e apenas uma minoria dos órgãos da administração adota medidas de transparência ativa.

No espaço normativo conferido ao CNJ, o Conselho editou a Recomendação CNJ n. 120/2021, que incentiva a adoção de práticas autocompositivas de solução de conflitos tributários e a cooperação entre os órgãos públicos e demais instituições públicas e privadas.

Há ainda muito a ser feito para estabelecer um sistema eficaz de resolução de disputas tributárias com várias portas de entrada. É crucial promover a conscientização sobre esses métodos e ambientes de autocomposição tributária.

A Resolução CNJ n. 471/2022 instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário, uma iniciativa que visa estimular a cooperação e a mudança de cultura na relação entre o fisco, os contribuintes e o Poder Judiciário, indo além do antagonismo para uma agenda de cooperação.



TJPAEX202406801A



No entanto, implementar efetivamente essa política requer uma ação coordenada, integrada e orientada para resultados positivos, que beneficiarão o sistema tributário nacional e garantirão o acesso à justiça de maneira eficaz.

Mais recentemente, houve a publicação da Resolução CNJ n. 547/2024, que estabeleceu medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário.

Nesse cenário, a parceria entre o CNJ, TJPB, TCMPA e a PGM-BELÉM pode desempenhar um papel crucial na implementação bem-sucedida das Resoluções CNJ 471/2022 e 547/2024, o que a torna uma iniciativa ideal para contribuir para a redução da litigiosidade tributária no Brasil.

O trabalho conjunto propiciará a automatização do fluxo de processos judiciais, para redução da litigiosidade, difusão de políticas públicas de regularização fiscal, incremento da eficiência na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa e para melhoria de outros processos de trabalho e fluxos relevantes.

Nesse contexto, dentre as possibilidades de cooperação vislumbradas, inserem-se o compartilhamento de dados, informações e conhecimentos e a atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos, todos voltados à automatização do fluxo de processos judiciais, à redução da litigiosidade, à difusão de políticas públicas de regularização fiscal e ao incremento da eficiência na cobrança administrativa do crédito fiscal, na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

Ainda como escopo do presente acordo de cooperação, citam-se a elaboração e execução de projetos voltados à redução da litigiosidade, a exemplo da identificação de ações de elevado impacto fiscal, de forma a permitir sua priorização ou até a resolução do conflito pela celebração de transação ou negócio jurídico processual e, da mesma forma, mutirões para desistência de recursos e para difusão de oportunidades para regularização do crédito pelos instrumentos legais admitidos.

3. DA IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o intercâmbio de dados, informações, conhecimentos e colaboração mútua em ações voltadas à automatização do fluxo de processos judiciais, à redução da litigiosidade, à difusão de políticas públicas de regularização fiscal e ao incremento da eficiência na cobrança administrativa do crédito fiscal, na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

4. DAS METAS

I - compartilhamento de bancos de dados, informações, conhecimentos, tecnologias e métodos de pesquisa, respeitadas as restrições legais e os requisitos de segurança da informação e comunicações previstos nas políticas de governança de dados e de sistemas dos partícipes; e

II - atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos voltados a: (i) automatização do fluxo de processos judiciais, (ii) redução da litigiosidade, (iii) difusão de políticas públicas de regularização fiscal e (iv) incremento da eficiência na cobrança administrativa de crédito fiscal, na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

5. DAS DIRETRIZES:



- I - acompanhamento estatístico específico;
- II - transparência ativa;
- III - atuação em parceria entre partícipes;
- IV - priorização de soluções consensuais;
- V - prevenção e desjudicialização de demandas;
- VI - indução de políticas públicas voltadas à redução da litigiosidade.

6. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

6.1 Planejamento

Início: Data da publicação do acordo.

Duração: 90 dias.

- 6.1.1 Avaliar a atual política de governança de dados e de sistemas do CNJ, do TJPA, do TCMPA e da PGM-BELÉM, o que envolve a avaliação e definição dos requisitos para compartilhamento de dados e integração de sistemas de informação;
- 6.1.2 Definir os dados e informações que serão compartilhados e identificar os sistemas que serão integrados, bem como preparar o modelo conceitual da integração;
- 6.1.3 Estabelecer iniciativas de atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos voltados à automatização do fluxo de processos judiciais, à redução da litigiosidade, à difusão de políticas públicas de regularização fiscal e ao incremento da eficiência na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa;
- 6.1.4 Elaborar os protocolos de execução relativos aos objetivos do presente ACT.

6.2 Execução

Início: Término da fase de planejamento.

Duração: a definir no protocolo de execução correspondente.

- 6.2.1 Iniciar o compartilhamento de bases de dados, informações, conhecimentos, tecnologias e métodos de pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas na fase de planejamento e a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos previstos no protocolo de execução; e
- 6.2.2 Executar projetos estratégicos voltados à automatização do fluxo de processos judiciais, à redução da litigiosidade, à difusão de políticas públicas de regularização fiscal, estabelecendo rotina prévia à propositura de ação, com a comprovação do esgotamento das vias de composição e a prova de protesto, ao incremento da eficiência na prestação jurisdicional, na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa e à melhoria do processo de trabalho e demais fluxos relacionados, incentivando a produção normativa que vise à composição e à eventual compensação de créditos, dentro dos limites normativos aplicáveis.

6.3 Monitoramento e controle

- 6.3.1 Monitorar a adequação das ações em curso ao objeto do acordo, com estímulo à observância da responsabilidade na gestão fiscal no incremento da recuperação de créditos de forma extrajudicial;
- 6.3.2 Monitorar a adequação das integrações e compartilhamentos à política de governança de dados e de sistemas dos partícipes; e



6.3.3 Monitorar o atingimento dos objetivos do presente acordo.

7. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS

7.1. Com a finalidade de propiciar a troca de informações de inteligência de maneira ágil e segura, os partícipes deverão tratar as informações e dados obtidos por intermédio deste acordo conforme a legislação relativa à proteção de dados pessoais, utilizando-as exclusivamente nas suas atividades finalísticas, de acordo com suas competências constitucionais; e

7.2. Os servidores ao qual for conferido acesso às informações sigilosas objeto do presente ACORDO deverão observar as regras e diretrizes definidas na política de governança de dados e de sistemas dos partícipes, especialmente no que se refere à manutenção do sigilo das informações nele disponibilizadas, mesmo após o cancelamento de seu acesso, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, na forma da legislação vigente.

8. RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos partícipes, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e nos eventuais termos aditivos, não havendo qualquer repasse de orçamento ou de remuneração entre os partícipes para a sua execução.

Parágrafo primeiro. Os PARTÍCIPES concordam que eventuais desdobramentos deste TERMO que demandem alocação de recursos financeiros para sua viabilidade serão objeto de instrumentos futuros.

Parágrafo segundo. As atividades constantes do presente Termo serão custeadas com recursos orçamentários próprios de cada partície já previstos em suas atividades naturais e regulares e que se relacionem estritamente com os objetos e propósitos deste Termo.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes esperam proporcionar maior eficiência e agilidade na prevenção e na resolução de conflitos tributários.

Além disso, é esperado que a parceria possibilite aumento da eficiência na execução fiscal e ações correlatas, com redução do tempo médio de tramitação de processos desta natureza, do acúmulo de casos não resolvidos, além de agilização e aumento da recuperação de créditos tributários.

Outros benefícios que se almejam são a concretização de uma nova forma de relação entre Fisco, contribuintes e Poder Judiciário marcada pela cooperação, uma maior transparência e acesso à informação, bem como uma melhoria na comunicação entre todas as partes envolvidas.

Espera-se, por fim, ganhos de imagem e reputação institucional dos partícipes, enquanto órgãos públicos comprometidos com eficiência e justiça.

10. VIGÊNCIA

10.1. O início da execução do objeto se dará a partir da publicação do Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União e terá duração pelo prazo de 60



TJPAEXT2024060801A



(sessenta) meses.

ANEXO II

PROTOCOLO DE EXECUÇÃO

O presente instrumento tem por finalidade efetivar as metas descritas no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e a Procuradoria Geral do Município de Belém do Pará, em conformidade com sua cláusula terceira.

1. DOS OBJETIVOS

O presente Protocolo de Execução tem por objetivo descrever a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos necessários à(ao):

- 1.1 compartilhamento de bancos de dados, informações, conhecimentos, tecnologias e métodos de pesquisa, respeitadas as restrições legais e os requisitos de segurança da informação e comunicações previstos nas políticas de governança de dados e de sistemas dos partícipes; e
- 1.2 atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos voltados à (i) automatização do fluxo de processos judiciais, (ii) redução da litigiosidade, (iii) difusão de políticas públicas de regularização fiscal e (iv) incremento da eficiência na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa da União.

2. DOS RESPONSÁVEIS

Nos termos da cláusula quarta, p, do ACT, a gestão da execução deste Acordo será realizada por uma comissão específica por formada por até três representantes indicados por cada um dos partícipes.

Parágrafo único. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução das atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade/órgão de origem.

3. DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

Não se aplica

4. PROGRAMAÇÃO

Não se aplica



TJPAEXT202406801A



ANEXO III

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO _____ AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 138/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo SEI n. 13356/2024).

O Município _____, com sede _____, CNPJ _____, doravante denominado _____, neste ato representado por _____, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Acordo de Cooperação Técnica n. 0xx/2024**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e a Procuradoria Geral do Município de Belém do Pará**, para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas e a promoção de intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Acordo de Cooperação Técnica.

Para viabilizar o cumprimento do referido acordo no âmbito de sua competência, o Município _____ indicará no prazo de 15 dias, por ato próprio, titular e suplente para servirem de ponto focal perante o Conselho Nacional de Justiça para a concentração do diálogo relacionado aos processos de trabalho definidos naquele acordo, os quais avaliarão periodicamente, no âmbito de sua competência, oportunidades de Protocolos de Execução tendentes à racionalização e ao aprimoramento do fluxo de execuções fiscais e ações correlatas.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, esse Município assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

SIGNATÁRIO

[1] MESSIAS, Lorrainne Silva et al. **Contencioso tributário no Brasil**: relatório 2020: ano referência 2019. São Paulo: Insper, Núcleo de Tributação, 2020. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Contencioso_tributario_Relatorio2019_092020_v2.pdf. Acesso em: 08 fev 2024

[2] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2024 (ano-base 2023). Brasília, DF: CNJ, 2024, p. 204-215.





Documento assinado eletronicamente por **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Usuário Externo**, em 30/09/2024, às 15:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha, Usuário Externo**, em 30/09/2024, às 15:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Costa de Freitas Guimaraes, Usuário Externo**, em 30/09/2024, às 16:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Barroso, PRESIDENTE**, em 01/10/2024, às 10:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1980229** e o código CRC **BCDD3FBA**.

13356/2024

1980229v13



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Departamento de Material e Patrimônio notifica o senhor GUILHERME MURARO DERRITE, tendo em vista tentativa frustrada de encaminhar correspondência e que agora se encontra em local incerto e não sabido, a apresentar endereço válido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação, para o endereço eletrônico sefis.demap@camaraleg.br ou para o endereço CEAM-SIA Trecho 5, lotes 10 a 60, 1º andar, sala 04, Guará-DF, CEP: 71205-050.

LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA
Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

COORDENAÇÃO DE COMPRAS

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 52/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela CONECTA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. OBJETO: fornecimento de fitas dupla face. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 1.295,52 (um mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 53/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela ELETROQUIP COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA - ME. OBJETO: fornecimento de placas para conectores. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 4.756,60 (quatro mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 54/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela CGF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: fornecimento de fitas de impressão para etiquetadoras da MARCA BROTHER. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 4.122,00 (quatro mil cento e vinte e dois reais).

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 04º Termo Aditivo ao CT2022/0144, celebrado com o MASTERC MANUTENÇÃO PREDIAL, OBRAS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA - CNPJ: 01.164.385/0001-01. Processo: 2020-00959/2022-85. Data da Assinatura: 30/09/2024. Objeto: Alteração da cláusula Dérmino Ocaso de Controlo e prorrogação da vigência do contrato de 10 de outubro de 2024 a 09 de janeiro de 2025. Programa de Trabalho: 01.031.0084.4061.5664. Natureza da Despesa: 3.3.90.37. Nota de Empenho 2024NE2879 de 24/09/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Wesley Leite Bido.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 08º Termo Aditivo ao Contrato CT2022/0013, celebrado com a empresa RCS TECNOLOGIA S.A. CNPJ: 08.220.952/0001-22. Processo: 08.012343/2024-46. Data da Assinatura: 27/09/2024. Objeto: prorrogação da vigência do contrato de 27 de Janeiro de 2024 a 26 de Janeiro de 2026. Programa de Trabalho: 01.031.0084.4061.5664. Naturezas de Despesas 339037, cuja Nota de Empenho será emitida após a disponibilização dos créditos da Lei Orçamentária de 2025 no sistema SIAFI. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Rodrigo da Costa Silva

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT) Nº 138/2024 - UASG 040003

Nº Processo: 13356/2024. Acordo de Cooperação Técnica n. 138/2024 celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPB), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) e a Procuradoria Geral do Município de Belém do Pará (PGM-Belém). Processo n.º 13356/2024. Objeto: racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas, bem como promover o intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, em observância ao disposto nas Resoluções CNJ n.ºs 471/2022 e 547/2024. Data de Assinatura: 01/10/2024. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ: Ministro Luiz Roberto Barroso - Presidente; pelo TJPB: Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos - Presidente; TCM: Antônio José Costa de Freitas Guimarães - Presidente e a PGM-Belém: Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha - Procurador-Geral.

(COMPRASNET 4.0 - 01/2024).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SECRETAZIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIF N. 039/2021; CONTRATANTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF; CONTRATADA: BRASFORTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 36.770.857/0001-38. OBJETO: a) revisão dos valores dos Encargos Sociais e Trabalhistas, em face da alteração no percentual do Risco Ambiental de Trabalho (RAT), com efeitos a partir de 19/5/2023; b) reajuste de 4.819250% sobre o valor dos insumos (uniformes e EP's), com efeitos a partir de 10/11/2023; c) revisão dos valores dos Encargos Sociais e Trabalhistas, em face das alterações no percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), com efeitos a partir de 01/9/2024; d) repactuação, por força das Convenções Coletivas de Trabalho Sindicais 2024/2024 e SIS DF 2024/2024, com efeitos a partir de 01/9/2024; e) prorrogação, por 12 (doze) meses, da vigência do Contrato; f) exclusão dos valores não renováveis, em face da revisão da planilha de custos e formação de preços relativa às férias; e g) adequação dos percentuais na planilha de custos e formação de preços para 8,33% do Décimo Terceiro e 2,78% do Adicional de Férias; FUNDAMENTAÇÃO: Constituição Federal, art. 37. Decreto n.º 9.507/2018, arts. 12 e 13; Lei n.º 10.192/2011, art. 3º; Lei n.º 6.669/1993, arts. 40, XI, 65, II, alínea "d", c/F e § 5º; arts. 53 a 61, da IN n.º 5/2017; Convenções Coletivas de Trabalho Sindicais 2024/2024 e DF-000012 e SIS DF 2024/2024; Decreto n.º 11.854/2024; cláusulas décima e décima primeira do Contrato CIF n.º 039/2021; Lei n.º 6.669/1993, art. 57, inciso II, I/C a cláusula sétima do Contrato; Relatório Final da Auditoria Id. 0559203; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: pregão eletrônico n.º 32/2021; PROCESSO N.º: 0001561/

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <https://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 03902402000019.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado com senha por RUBENS ANDRE ARAUJO DINIZ ALCANTARA.

Use 4214068.28906043-2815 - para a consulta à autenticidade em

<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4214068.28906043-2815>

Documento gerado por ÁNA LUCIA SILVA DE SOUZA *Data e hora: 08/10/2024 14:15

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90079/2024 - UASG 80001

Nº Processo: 6008479/2024-00. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de uso odontológico. Total de Itens Licitados: 205. Edital: 02/10/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Qd 8, Conjunto A, Bl A, Sala A3.41, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edita/80001-5-90079-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 02/10/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/10/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: ..

MARCOS FRANCA SOARES

Coordenador de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 01/10/2024) 80001-00001-2024NE000001

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DIRETORIA DO FORO DA 11ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO

Processo n.º 000349/24-11.0011. Contrato n.º 009/2024, celebrado entre a Diretoria do Foro da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, CNPJ: 00.497.552/0027-96, e a empresa CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 37.140.761/0001-59. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de água com mineral com gás ao Edifício-Sede das Auditorias da 11ª CIM. VALOR: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e sessenta reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 167544 - JUPROC - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa. VIGÊNCIA: 30/09/2024 a 30/09/2026. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 19 de abril de 2021. DATA DE ASSINATURA: 30/09/2024. ASSINAM: Dra. Flávia Ximenes Aguiar de Sousa, Diretora do Foro, pela Contratante Pablo Crispim Loureiro, Representante Legal, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo n.º 000349/24-11.0011. Contrato n.º 008/2024, celebrado entre a Diretoria do Foro da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, CNPJ: 00.497.552/0027-96, e a empresa SEIVA MINERAÇÃO LTDA, CNPJ: 37.140.761/0001-59. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de água mineral sem gás ao Edifício-Sede das Auditorias da 11ª CIM. VALOR: R\$ 19.470,00 (dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 167544 - JUPROC - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa. VIGÊNCIA: 30/09/2024 a 30/09/2026. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 19 de abril de 2021. DATA DE ASSINATURA: 30/09/2024. ASSINAM: Dra. Flávia Ximenes Aguiar de Sousa, Diretora do Foro, pela Contratante Dulcineia Botrel Alves de Oliveira, Representante Legal, pela Contratada.

SECRETARIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo n.º 020777/20-00-07. Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 18/2021 celebrado entre o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR e a GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A. OBJETO: Prorrogação contratual. VALOR ESTIMADO: R\$ 962.514,24. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0566.4225.0001.0004 - MTG. VIGÊNCIA: 03/11/2024 a 02/11/2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 29/09/2024. ASSINAM: José Carlos Nader Motta, Diretor-Geral, pelo Contratante, e Karina Boner Léo Sícia, Sócia, pela Contratada.

Eliane São Ricardo
Coordenadora de Licitações e Contratos, em exercício

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

EDITAL Nº 8/2024

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DEFINITIVOS DAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS (REDAÇÃO E ESTUDO DE CASO) - CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o Edital de Abertura das Inscrições nº 01/2024 do Concurso Público, publicado no Diário Oficial da União de 18/04/2024, e alterações posteriores, destinado ao provimento de cargos dos Quadros Permanentes de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Séries Judiciárias dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul resOLVE: Tornar Públicas as listas definitivas de candidatos(as) habilitados(as), especificadas abaixo, após a realização das Provas Objetivas e Discursivas (Redação e Estudo de Caso) e julgamento dos recursos, de acordo com o que estabelece os Capítulos 9, 10 e 11 do Edital nº 01/2024: lista de ampla concorrência, lista de candidatos(as) com deficiência, lista de candidatos(as) negros(as) e lista de candidatos(as) indígenas, por cargo/área/especialidade/Unidade de Classificação, conforme Anexo I; b) lista de ampla concorrência, lista de candidatos(as) com deficiência, lista de candidatos(as) negros(as) e lista de candidatos(as) indígenas, dos(as) candidatos(as) que optaram por concorrer, também, para o Estado de São Paulo, conforme item 3.10.2, Capítulo 3 do Edital nº 01/2024, conforme Anexo II.

DE LUIS CARLOS HIROKI MUTA

Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª REGIÃO

ANEXO I

CANDIDATOS HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO (RESULTADO DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS DISCURSIVAS - REDAÇÃO E ESTUDO DE CASO)

Data de Emissão: 30/09/2024

Legenda:

(D) CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA.

(N) CANDIDATOS NEGROS.

(I) CANDIDATOS INDÍGENAS.

Cargo/área/especialidade: MO2 - Técnico Judiciário - Área Administrativa Unidade de Classificação: Série Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul Número, Nome, Média Objetiva, Disc. Redação, Nota Final, Class 70721b, Bruno Dutra Maciel Silva, 7.83, 10.00, 17.83, 1/ 64591g, Lucas Avila de Rezende, 8.67, 8.80, 17.47, 2/ 70497a, Felipe Augusto Freddo Coffetti, 7.33, 10.00, 17.33, 3/ 24922b, Lucas Gimeseng Matioli, 8.67, 8.55, 17.22, 4/ 6400k, Valdir Renilly Nunes Lima, 8.67, 8.50, 17.47, 5/ 70605g, Carolina Marques Costa, 8.33, 8.80, 17.12, 6/ 65751h, Leandro da Silva Sant'Anna Carneiro, 8.50, 8.20, 18.80, 7/ 70602a, Ismael Menin Ribeiro, 8.33, 9.40, 16.73, 8/ 70635g, Carla Bianca Rodrigues da Silva, 7.83, 8.90, 16.73, 9/ 69887l, Maria Gabriela Nobres de Moura Gama, 8.50, 8.20, 16.70, 10/ 22059a, Mirna Thayna dos Santos Silva, 7.50, 9.15, 16.65, 11/ 66917t, Louise Rabelo Benites, 8.50, 8.10, 16.60, 12/ 66356g,



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Departamento de Material e Patrimônio notifica o senhor GUILHERME MURARO DERRITE, tendo em vista tentativa frustrada de encaminhar correspondência e que agora se encontra em local incerto e não sabido, a apresentar endereço válido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação, para o endereço eletrônico sefis.demap@camaraleg.br ou para o endereço CEAM-SIA Trecho 5, lotes 10 a 60, 1º andar, sala 04, Guará-DF, CEP: 71205-050.

LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA
Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

COORDENAÇÃO DE COMPRAS

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 52/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela CONECTA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. OBJETO: fornecimento de fitas dupla face. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 1.295,52 (um mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 53/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela ELETROQUIP COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA - ME. OBJETO: fornecimento de placas para conectores. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 4.756,60 (quatro mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Proc. 345.588/2024 ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 54/2024, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela CGF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: fornecimento de fitas de impressão para etiquetadoras da MARCA BROTHER. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2024. PRAZO DE VALIDADE: um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período. VALOR TOTAL: R\$ 4.122,00 (quatro mil cento e vinte e dois reais).

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 04º Termo Aditivo ao CT2022/0144, celebrado com o MASTERC MANUTENÇÃO PREDIAL, OBRAS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA - CNPJ: 01.164.385/0001-01. Processo: 2020-00059/2022-85. Data da Assinatura: 30/09/2024. Objeto: Alteração da cláusula Dérmino Ocasional de Controlo e prorrogação da vigência do contrato de 10 de outubro de 2024 a 09 de janeiro de 2025. Programa de Trabalho: 01.031.0084.4061.5664. Natureza da Despesa: 3.3.90.37. Nota de Empenho 2024NE2879 de 24/09/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Wesley Leite Bido.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 08º Termo Aditivo ao Contrato CT2022/0013, celebrado com a empresa RCS TECNOLOGIA S.A. CNPJ: 08.220.952/0001-22. Processo: 08.012343/2024-46. Data da Assinatura: 27/09/2024. Objeto: prorrogação da vigência do contrato de 27 de Janeiro de 2024 a 26 de Janeiro de 2026. Programa de Trabalho: 01.031.0084.4061.5664. Naturezas de Despesas 339037, cuja Nota de Empenho será emitida após a disponibilização dos créditos da Lei Orçamentária de 2025 no sistema SIASI. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Rodrigo da Costa Silva

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT) Nº 138/2024 - UASG 040003

Nº Processo: 13356/2024. Acordo de Cooperação Técnica n. 138/2024 celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPB), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) e a Procuradoria Geral do Município de Belém do Pará (PGM-Belém). Processo n.º 13356/2024. Objeto: racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas, bem como promover o intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, em observância ao disposto nas Resoluções CNJ n. 471/2022 e 547/2024. Data de Assinatura: 01/10/2024. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ: Ministro Luiz Roberto Barroso - Presidente; pelo TJPB: Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos - Presidente; TCM: Antônio José Costa de Freitas Guimarães - Presidente e a PGM-Belém: Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha - Procurador-Geral.

(COMPASNAT 4.0 - 01/2024).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CIF N. 039/2021; CONTRATANTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF; CONTRATADA: BRASFORTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 36.770.857/0001-38. OBJETO: a) revisão dos valores dos Encargos Sociais e Trabalhistas, em face da alteração no percentual do Risco Ambiental de Trabalho (RAT), com efeitos a partir de 18/5/2023; b) reajuste de 4.819250% sobre o valor dos insumos (uniformes e EP's), com efeitos a partir de 10/11/2023; c) revisão dos valores dos Encargos Sociais e Trabalhistas, em face das alterações no percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), com efeitos a partir de 01/9/2024; d) repactuação, por força das Convênoves Coletivas de Trabalho Sindicais/Previdenciárias 2024/2024 e SIS DF 2024/2024, com efeitos a partir de 01/9/2024; e) prorrogação, por 12 (doze) meses, da vigência do Contrato; f) exclusão dos valores não renováveis, em face da revisão da planilha de custos e formação de preços relativa às férias; e g) adequação dos percentuais na planilha de custos e formação de preços para 8,33% do Décimo Terceiro e 2,78% do Adicional de Férias; FUNDAMENTAÇÃO: Constituição Federal, art. 37. Decreto n.º 9.507/2018, arts. 12 e 13; Lei n.º 10.192/2011, art. 3º; Lei n.º 6.669/1993, arts. XI, 65, II, alínea "d", c/F e § 5º; arts. 53 a 61, da IN n.º 5/2017; Convênoves Coletivas de Trabalho Sindicais/Previdenciárias 2024/2024 n.º DF-000012 e SIS DF 2024/2024; Decreto n.º 11.854/2024; cláusulas décima e décima primeira do Contrato CIF n.º 039/2021; Lei n.º 6.669/1993, art. 57, inciso II, I/C a cláusula sétima do Contrato; Relatório Final da Auditoria Id. 0559203; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: pregão eletrônico n.º 32/2021; PROCESSO N.º: 0001561/

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <https://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 03902402000019.

165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Assinado com senha por RUBENS ANDRE ARAUJO DINIZ ALCANTARA.

Use 4214068.28906044-2814 - para a consulta à autenticidade em

<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4214068.28906044-2814>

Documento gerado por ÁNA LUCIA SILVA SOUZA *Data e hora: 08/10/2024 14:15

